



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13973 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT12 - Currículo

Currículos tradicionais: patriarcado e colonialismo na trajetória da Educação do Brasil-colônia.

Lorena Azevedo do Carmo - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO UNIRIO

Juliana de Souza Lima - UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES/FAPERJ

RESUMO: O trabalho recorta resultado de pesquisas que retomam na história a construção de currículos criados a partir e com a máquina colonial e suas implicações, sublinhando a exploração feminina no educar, refazendo a trajetória que resultou contemporaneamente em currículos impregnados de reminiscências coloniais e patriarcais acerca do trabalho feminino, principalmente da Educação Infantil ao Ensino Fundamental - anos iniciais. Currículos em que professoras continuam sendo vitimizadas pelas ações submersas no aporte patriarcal contemporâneo. Objetivamos, por meio de um trabalho de revisão bibliográfica elucidar que a problemática do patriarcado e da colonialidade não precisa ser trazida para dentro do campo curricular, porque essas problemáticas constituem o campo curricular assim como constitui a educação brasileira como um todo. Ao nos ancorarmos no período colonial resgatamos o início histórico do que denominamos como campo educacional, mas sobretudo evidenciamos na superfície as explorações que vieram junto dessa máquina, diante da violência que assola a educação, que atinge com maior força professoras, discutir e apontar essas memórias se torna movimento de resistência.

PALAVRAS-CHAVES: currículo; ódio, patriarcado; reformar curriculares.

O presente trabalho é um recorte de dois TCCs em andamento que dialogam acerca da atuação docente no Brasil colônia, partindo do patriarcado como um sistema de organização social, no qual os homens eram encarregados da formação de bons cristãos. Situamos, portanto, pressupostos históricos para compreender que a educação foi, e continua sendo, um instrumento de ampliação de discursos. Logo, a discussão que propomos faz-se curricular diante de nosso entendimento do currículo como conversa complicada a partir de Süsskind

(2014). Objetivamos, através de uma revisão bibliográfica, elucidar que a problemática do patriarcado e da colonialidade não precisa ser trazida para dentro do campo curricular, porque de maneira direta, essas problemáticas constituem o campo curricular assim como constitui a educação brasileira como um todo. A educação nativa e suas diretivas, assim como os sujeitos-entidades que a promoviam, nunca foram considerados na máquina colonial como porção incontornável desse processo, pelo contrário foram aproveitados como, e transformados em sujeitos invisíveis. Nessa perspectiva o indígena era o outro, menos desenvolvido e por isso inadequado, passível de dominação e vazio diante da educação. E de certa maneira, em relação à educação, eles estavam corretos. A educação portuguesa em nada se comparava com a educação nativa, sequer é possível construir bases comparativas para criação de tal estudo. Mas como parte dessa reflexão trazemos ainda um grupo atravessado por essa maquinação de forma ainda mais contundente: a mulher. Diante da necessidade de se manter e fincar raízes na terra usurpada, ultrapassando até mesmo razões monetárias, se condensa na implantação da educação portuguesa no Brasil, mas sobretudo na exploração da mulher - da mulher indígena até a mulher portuguesa. A falsa ideia de superioridade dos seres humanos em decorrência de seu domínio sobre a natureza, relaciona-se diretamente com o patriarcado e a exploração do trabalho reprodutivo feminino (FEDERICI, 2019), assim como o controle dos corpos femininos. Os corpos desviantes que não haviam sido aniquilados são tratados como culpados e escravizados independentemente da idade. De acordo com Costa e Menezes (2009), ao falar da educação que foi implantada no período colonial, falamos principalmente dos valores e virtudes a serem favorecidos, os vícios a serem evitados e tudo aquilo que era fundamental para o exercício da vida comum. As falhas dos nativos pareciam consistir na falha moral inocente, daquele que não conhece o caminho da verdade, que é uma folha em branco pronta para escrita colonial e por isso “é fácil, pois não têm ídolos, ainda que haja entre eles alguns [os pajés] que se fazem de santos, e lhes prometem saúde e vitória contra seus inimigos” (NÓBREGA, 1988, p. 114). Assim, a empreitada de implantar essa educação é primeiro delegada institucionalmente de forma hegemônica, não única, à religião. Não única, pois a primeira tarefa de educação advém, sem espanto, da mulher. Gerda Lerner ao problematizar o patriarcado nos conta que “Quando o argumento religioso perdeu a força no século XIX, a explicação tradicionalista da inferioridade das mulheres tornou-se científica.” (2019, p. 45). Foi na gênese da organização do conhecimento científico, paulatinamente difundido pelas universidades durante a idade média, que ideias como a de que mulheres pudessem ser queimadas em fogueiras, assim como povos inteiros poderiam ser dizimados, foram justificadas pela busca de novos territórios para colonizadores, por exemplo. Esse início, a atuação dos Jesuítas consistiu na conversão e na catequização dos nativos, posteriormente e de forma superficial é que eles se dedicam à educação dos negros

escravizados. Essa lista de prioridades desloca o ato de educar, se torna uma consequência do movimento educacional que se complexifica apenas a partir da segunda metade do séc. XVIII com a expulsão dos jesuítas e a atuação do Marquês de Pombal. O status do monopólio da mãe sobre seus filhos também se modifica para a mulher que chega, sobretudo porque seu papel na máquina colonial se difere, e muito, daquele anterior, protagonizado na metrópole. A conversão e a catequese dos nativos; a catequese e a educação das crianças brancas - antes delegada inteiramente à mãe - e a retomada da fé junto dos cristãos advindos de Portugal que viviam no Brasil ocuparam as atividades iniciais dos irmãos da Companhia de Jesus, ou seja, a atuação como educador teve em sua origem a predominância da figura masculina que atuavam como exemplos de comportamento a serem seguidos. Para tanto, a educação do período colonial se divide em duas jornadas distintas, entre a que se emprega para os sujeitos nativos – à princípio, diferentes também no tratamento dos adultos e dos curumins -, e uma outra, que educa os filhos de colonos – que vieram de Portugal e aqueles que nasciam na colônia – e os jovens clérigos enviados pela igreja. Ao último grupo era delegada uma educação formal, em uma instituição organizada - os primeiros moldes da escola. Elucidar o sistema sexo/gênero (RUBIN, 2012) que permeia o patriarcado faz-se necessário para refletir a feminização da docência no que hoje compreendemos por Educação Infantil e Ensino Fundamental - anos iniciais, como forma de preservar e fazer a manutenção de papéis tradicionais de gênero a procura de validar um discurso de supremacia e hegemonia masculina que se perdura até os dias de hoje. Fomos alocadas como pertencentes ao ambiente doméstico, utilizaram o determinismo biológico para nos relegarem a criação dos filhos e subsequentemente a educação das crianças por sermos biologicamente predispostas aos cuidados oriundos da maternidade. Práticas políticas e culturais, que ultrapassam uma associação entre estado, ideologia e burocracia, se baseiam num profundo divisionismo que se alimenta da permissão de desumanizar e acabar com as vidas de populações inteiras. O colonialismo assim como o patriarcado para as terras brasileiras é também uma violência relacional de dominação, subordinação, porém é pautado em uma troca de obrigações, de sujeição e até de proteção, há muitas possibilidades de negociação. É uma política de morte em que há sobreposição de opressões, todavia a obediência não funciona. No momento em que vivemos, em que fomos, novamente, inundados pelo tsunami neoliberal conservador, reconhecendo que outras existências se criam nos excessos (PINAR, 2009) hegemônicos como resposta e (re)afirmação da alteridade, encontramos nessa onda conservadora, similarmente ao período colonial, uma masculinidade performática baseada no ódio e na aniquilação que invade as escolas, e afeta a atuação das professoras em sala de aula. Desde o desrespeito até o destino final: a morte dessas mulheres em território escolar. Desta maneira, desde as políticas que confluem com o ódio, em sua tentativa de homogeneizar os

diferentes conhecimentos, que tornam inexistentes as criações cotidianas e alimentam o tsunami neoliberal conservador (OLIVEIRA, SÜSSEKIND, 2019) até as demonstrações de violência explícita que podemos observar nos ataques ocorridos em escolas públicas, incluindo neste conjunto a morte de uma professora pelas mãos de um aluno. Na tentativa de resistir ao ódio, se busca outras perspectivas e possibilidades que nos direcionam a solidariedade para não apenas sobreviver, mas, viver, em tempos em que a diferença tem sido perseguida por movimentos de ódio ultraconservadores.

REFERÊNCIAS

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

COSTA, C. J.; MENEZES, S. L. A educação no Brasil colonial (1549-1759). Fundamentos históricos da educação no Brasil, v. 2, p. 31-44, 2009. Disponível em: <http://www.ficms.com.br/web/biblioteca/EBOOK%20PEDAGOGIA/Fundamentos%20hist%F3> Acesso em 12 jan. 2023.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Editora Elefante, 2019.

LERNER, G. **A criação do patriarcado**. São Paulo: Cultrix, 2019.

NÓBREGA, M. **Cartas do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1988. (Coleção cartas jesuíticas).

OLIVEIRA, I. B.; SÜSSEKIND, M. L. Tsunami Conservador e Resistência: a CONAPE em defesa da educação pública. Educação & Realidade, v. 44, 2019.

PINAR, W. Multiculturalismo malicioso. **Currículo sem fronteiras**, v. 9, n. 2, p. 149- 168, 2009. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/CurriculosemFronteiras/2009/vol9/no2/9.pdf>. Acesso em 03 mai. 2021.

RUBIN, G. **O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política dos sexos**. Recife: SOS Corpo, 2012.

SÜSSEKIND, M. L. **Quem é William F. Pinar?**. Petrópolis: de Petrus Et Alii, 2014.